



Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado



- ✓ Características das principais deficiências
- ✓ Atendimento Educacional Especializado
- ✓ Escola acessível e sustentável
- ✓ e muito mais!

“

A escola inclusiva é aquela que ensina a todos, indistintamente, e que valoriza as diferenças humanas.

Maria Teresa Eglér Mantoan



”

Para começar a conversa

Para que a Educação Inclusiva se torne efetiva, a conscientização exerce um papel importante. Mas ela deve ser acompanhada de ações práticas, que demandam acessibilidade e um Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Com as condições básicas, os estudantes com deficiência passam a ter meios para aprender e viver as experiências escolares em sua plenitude. Logo, é fundamental adaptar o ambiente educacional para acolher todos os estudantes e, para acolher, é preciso entender.



Principais tipos de deficiências físicas

Para tornar a escola mais acolhedora para os estudantes com deficiência e possibilitar a inclusão de forma mais efetiva, em primeiro lugar é preciso compreender as características de cada deficiência e como impactam a vida das pessoas. Confira quais são as principais deficiências e como elas interferem nas vivências educativas!



Deficiência visual

A deficiência visual é o comprometimento total ou parcial da visão, sem uma correção eficaz. Vale destacar que ela não abrange diagnósticos como miopia e astigmatismo, pois eles são corrigidos por lentes ou cirurgias.

O atendimento a estudantes com deficiência visual pode ser enriquecido com os seus outros sentidos. Então vale a pena explorar adaptações que incluem materiais em Braille, leitores de tela e recursos audiovisuais descriptivos. O ambiente escolar deve ter orientação para a mobilidade e a independência de quem tem deficiência visual, como pisos táteis, por exemplo.

Assista ao curta metragem **As cores das flores** [clicando aqui](#) e reflita sobre a prática pedagógica realizada pela professora da turma, respondendo à essas questões:

- a docente trabalhou considerando uma proposta inclusiva?
- qual a sua sugestão para essa atividade?



Deficiência auditiva

A deficiência auditiva é a ausência total ou parcial da capacidade de detectar sons. Ela pode ser genética ou ocasionada por uma lesão no ouvido. Esse grupo tende a se beneficiar de recursos como legendas em conteúdo de áudio.

Em determinados casos, a comunicação acontece por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma linguagem gestual-visual desenvolvida no Brasil. A escola pode ter um intérprete, mas é útil que professores e colegas aprendam pelo menos uma comunicação básica por Libras.

Porém, nem todas as pessoas com deficiência auditiva falam Libras. Portanto, na presença desses estudantes, uma comunicação visual mais rica é um recurso valioso para favorecer a compreensão e melhorar a sua participação nas atividades.

Você conhece Libras?

Caso não conheça, quais metodologias adaptadas você usaria para atender um aluno surdo?

Vamos ver no vídeo, que você pode acessar clicando na imagem abaixo, quais adaptações a professora promoveu para incluir seu aluno surdo num projeto musical. Fique de olho e tente identificar também!



Você sabia?

A Libras não é uma linguagem e sim uma língua. Por se tratar de uma língua, ela tem sua própria gramática, sintaxe e semântica, o que a torna única e independente de outras línguas, como a Língua Portuguesa, por exemplo. Além disso, ela não é universal, como o próprio nome diz ela é a Língua Brasileira de Sinais. Cada país possui a sua própria língua de sinais, estima-se que existam mais de 300 línguas de sinais diferentes.



Quer aprender?

O MEC oferece cursos gratuitos de Libras!

[Clique aqui para saber mais!](#)

Deficiência da fala

Por sua vez, a deficiência de fala impede ou dificulta a comunicação. A pessoa pode perder a capacidade de compreender ou expressar a linguagem falada ou escrita de forma total ou parcial. A sua causa está relacionada às áreas do cérebro responsáveis pela linguagem.

O estudante tende a ter dificuldade de se expressar, trocando ou esquecendo palavras e apresentando um discurso confuso. Esses estudantes demandam o uso de métodos alternativos, como cartões de apoio visual, quadros de comunicação e tecnologias assistivas para transmitir ideias e sentimentos. Em muitos casos, a deficiência na fala está associada à deficiência auditiva. Uma vez que a pessoa não consegue escutar a sonoridade das palavras, tem dificuldade em pronunciá-las.



Outros tipos de deficiência física

O grupo das deficiências físicas é amplo, abrangendo também as condições motoras que comprometem determinadas funções de uma pessoa. Esse caso costuma ser chamado também apenas de deficiência física embora, como você aprendeu, o termo em si seja mais amplo.

Nesse caso, existe a possibilidade de a mobilidade e a coordenação motora geral serem afetadas. A condição costuma ter uma causa genética ou ser motivada por lesões neurológicas, neuromusculares ou ortopédicas. A adaptação depende das habilidades comprometidas, mas pode exigir um ambiente com rampas, banheiros acessíveis, mesas adequadas e atenção ao transporte interno.



Principais tipos de deficiências do neurodesenvolvimento

Conhecendo as deficiências físicas mais comuns, é fundamental também considerar as deficiências relacionadas ao neurodesenvolvimento, que são alterações dos processos iniciais do desenvolvimento cerebral.

Nesse contexto, considera-se os transtornos, que são alterações psicológicas que podem causar sofrimento e prejudicar a vida de uma pessoa que não disponha das ferramentas e acompanhamentos adequados. Seguem, nas próximas linhas, algumas condições que devem ser conhecidas!

Deficiência intelectual (DI)

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas no funcionamento cognitivo e nas habilidades de adaptação. Como resultado, o estudante pode ter dificuldade com atividades que exigem raciocínio e resolução de problemas.

As adaptações necessárias incluem explicações simplificadas, auxílio visual e instruções passo a passo, com maior acompanhamento nas atividades para facilitar o aprendizado.



Clique na seta abaixo para assistir a experiência de Elisa, uma criança com Síndrome de Down que desbravou brilhantemente a jornada escolar, dentro de suas possibilidades, provando que toda criança aprende!



Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

Você provavelmente já ouviu falar sobre o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), certo? Esse é um transtorno do neurodesenvolvimento comum, mas que costuma ser confundido com características muito presentes entre as crianças ou mesmo com outras condições.

O indivíduo com TDAH é caracterizado pela hiperatividade, impulsividade e dificuldade de atenção. Esses estudantes precisam ter uma rotina bem definida para ajudar em sua organização. Na hora de realizar as atividades, as instruções devem ser claras, diretas e apresentadas uma de cada vez.

O uso de destaques nos textos, cores e outras marcações que colaborem com o foco nos pontos de atenção também são comuns. Ainda, é importante dividir as tarefas em partes menores, organizadas em sequência. Essas estratégias colaboram para manter a concentração e oferecer mais tranquilidade ao estudante.

E você professor, quais são as práticas pedagógicas pensadas para estudantes com TDAH? Você conseguiria identificar alunos das suas turmas que possuem tal condição? Assista o vídeo clicando na seta abaixo e entenda melhor essa realidade!



Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) também é bastante conhecido entre as pessoas, mas nem todos sabem como lidar com as suas demandas. Nesse caso, a pessoa tende a apresentar características como dificuldades de comunicação e de interação social em diferentes níveis.

O estudante pode apresentar interesses intensos ou um foco mais específico. Para atender a esses indivíduos, as aulas devem ter previsibilidade. Use uma linguagem mais direta, sem metáforas, e conte com apoio visual sempre que possível.

Na presença de estudantes com TEA, momentos de pausa auxiliam o estudante a gerenciar a sobrecarga sensorial que pode surgir. Esse grupo tende a ser mais sensível a estímulos intensos, como sons muito altos – ou em excesso –, muitas luzes e cheiro forte.

Vale destacar, no entanto, que o TEA pode exigir diferentes níveis de suporte, como veremos adiante, e ter limitações diversas. Logo, ao trabalhar essa questão, também é fundamental considerar as características dos estudantes em sala de aula, garantindo um atendimento mais eficaz às necessidades específicas.

[Clique aqui](#) para assistir à uma animação que pode esclarecer o TEA tanto para você quanto para os seus alunos.



O público de estudantes TEA tem crescido consideravelmente nos últimos anos como aponta o censo escolar e as pesquisas científicas destinadas à reflexão sobre Educação Especial.

Para refletirmos um pouco mais acerca da construção de práticas pedagógicas que contemplam o atendimento dos estudantes TEA no ambiente escolar, se faz necessário conhecermos a classificação dos níveis de suporte dentro do espectro!



Assim, dentro da classificação do Espectro do Autismo, apontada na 5^a edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM - 5 da Associação Americana de Psiquiatria), o TEA é dividido em níveis de suporte que vão do 1 ao 3. Essa classificação nos auxilia na compreensão do grau de suporte que o sujeito precisará para realizar as atividades diárias da vida e para se relacionar socialmente. A seguir, confira a descrição geral dos níveis de suporte:

Nível 1 de suporte

Caracterizado por dificuldades na interação social e comunicação, bem como comportamentos repetitivos e interesses restritos, as pessoas com TEA no nível 1 podem ter dificuldade em iniciar ou manter conversas, interpretar expressões faciais e entender as nuances da linguagem. Porém, por se apresentarem de forma mais suave, normal-

mente essas dificuldades não são limitantes para a interação social.

Eles também podem apresentar comportamentos repetitivos, como balançar as mãos ou o corpo, e ter interesses intensos e restritos, como colecionar objetos específicos ou se concentrar em um tópico específico.

Apesar disso, pessoas com TEA no nível 1 geralmente têm habilidades de linguagem e comunicação relativamente intactas e podem se adaptar bem a mudanças na rotina.

A pessoa com autismo nível 1 demanda apoio ocasional para déficits perceptivos e de comunicação social.

Nível 2 de suporte

O TEA que precisa de suporte nível 2 se caracteriza por dificuldades significativas na comunicação e interação social.

Pessoas neste nível podem enfrentar maiores desafios para iniciar ou manter conversas, interpretar expressões faciais e compreender nuances da linguagem. Além disso, assim como no nível anterior, podem apresentar comportamentos repetitivos e ter interesses intensos e restritos.

Indivíduos com TEA no nível 2 podem apresentar também dificuldades para se adaptar a mudanças na rotina e podem necessitar de apoio extra para lidar com situações sociais mais complexas.

Estudantes com esse nível demandam mais auxílio na socialização, estratégias para lidar com sua inflexibilidade cognitiva e com os comportamentos restritivos e repetitivos e minimização de estímulos que podem causar desconforto extremo.



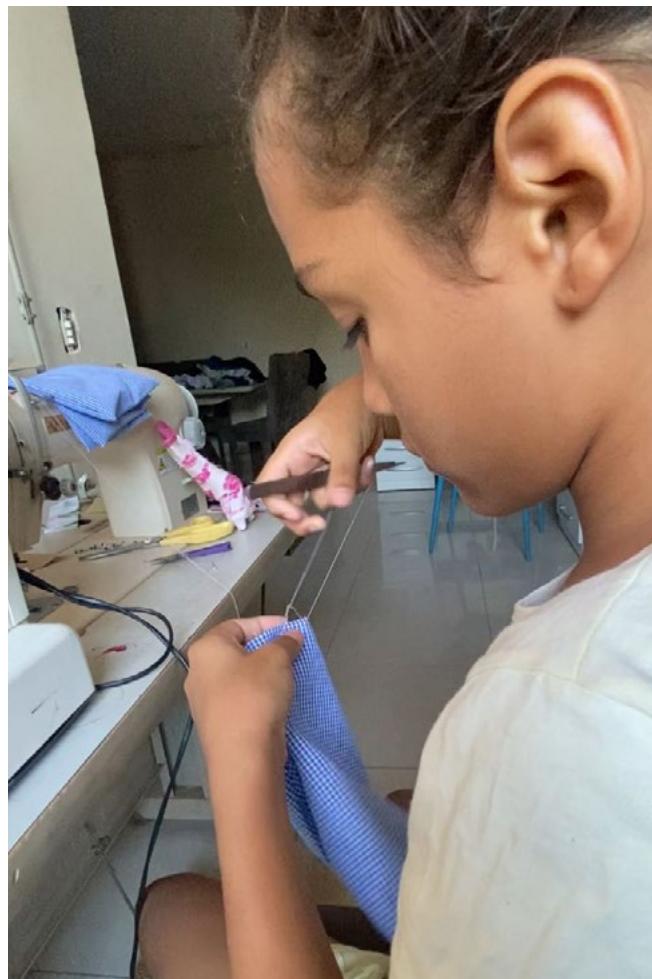
Nível 3 de suporte

Além de apresentarem as características já descritas nos níveis 1 e 2, este também é caracterizado por dificuldades significativas de comportamentos repetitivos.

Normalmente, possuem uma deficiência mais severa nas habilidades de comunicação, tanto verbal quanto não verbal, e, consequentemente, dependem de maior apoio para se comunicar. Isso pode resultar em dificuldades nas interações sociais e uma redução na cognição.

Além disso, tendem a apresentar um perfil comportamental inflexível e podem ter dificuldades em se adaptar a mudanças, o que pode levá-los a se isolar socialmente se não forem incentivados.

Para pessoas com esse nível, é preciso apoio de terceiros para a realização de atividades diárias, como um profissional de Atendimento Educacional Especializado - AEE, por exemplo, além de estratégias personalizadas para ajudá-las na socialização e na compreensão dos conhecimentos.



Reprodução - psychologicalscience.org

ATENÇÃO!

É necessário reiterar que, dentro desses níveis, cada caso é muito diferente um do outro, considerando que se trata de um espectro amplo e poderá sofrer variações.

Também é importante ressaltar que o nível de suporte pode variar ocasionalmente conforme a criança vivencia o enfrentamento de algumas situações de estímulo ou uma nova experiência de vida, podendo refletir reações corporais e comportamentais ao desconforto.

Transtorno específico da aprendizagem

Os transtornos que você conheceu até aqui abrangem diversas características da pessoa, interferindo em sua experiência escolar. No entanto, também existe o transtorno específico da aprendizagem, relacionado às atividades e habilidades na escola.

A dificuldade pode estar em uma área ou mais, como, por exemplo, leitura, escrita ou cálculos. Nesse caso, o estudante não tem um diagnóstico de nenhum outro comprometimento, mas, ainda assim, manter o seu desempenho em aulas é mais desafiador.

Um exemplo de transtorno específico da aprendizagem é a **dislexia**, que afeta a capacidade de ler, escrever e soletrar. Para atender a essas pessoas, a escola deve compreender as suas necessidades específicas e utilizar formas dife-

rentes de apresentar os conteúdos. Manter linguagem clara e objetiva, usar gráficos, tabelas, esquemas visuais, mapas mentais, *flashcards*, permitir o uso de *softwares* de leitura e escrita, gravador, calculadora, utilizar músicas, poemas, filmes, experiências, visitas a locais, ensinar fonética sistematicamente, treinar a velocidade de leitura, fazer listas de palavras, fracionar os conteúdos em pequenas avaliações, fornecer dicas, atalhos, associações para que o aluno lembre as informações pode ajudar bastante.

Já a **discalculia** também é um transtorno de aprendizagem bastante conhecido, acometendo a capacidade de compreender e manipular números.

[Clique aqui](#) para assistir ao vídeo sobre dislexia e discalculia, dois transtornos específicos muito presenciados nas escolas!



Para melhorar a prática pedagógica desses estudantes, podemos usar a abordagem multimodal:

- utilizar diferentes recursos, como livros, vídeos, músicas e atividades práticas;

- jogos de regras podem ajudar a desenvolver o pensamento lógico, dividir tarefas em etapas, relacionar matemática à vida cotidiana e usar objetos para ajudar a entender conceitos e relações entre números;
- usar revisões constantes e reforço escolar para manter o aluno atualizado e reter a informação, além de desenhos, que ajudam estudantes mais visuais a ver relações e compreender conceitos;
- Outra estratégia válida é falar ou escrever em voz alta, pois ajuda o aluno a ver as relações entre os elementos.

Lembrando que é sempre válido envolver as famílias, formando uma parceria para atender a esses alunos, a fim de compreender as suas necessidades específicas e utilizar formas diferentes de apresentar os conteúdos.



Transtorno de Ansiedade Social (TAS)

A pessoa com Transtorno de Ansiedade Social (TAS) tende a apresentar medo intenso de situações sociais. A experiência escolar de quem tem a condição pode ser bastante desafiadora. Afinal, esse é um ambiente em que a socialização é um componente importante.

Além de a rotina envolver muitas interações, as instituições tendem a realizar eventos com frequência. Para o acolhimento desses estudantes, é válido ter estratégias como trabalhar em grupos pequenos, promover a segurança emocional e permitir apresentações alternativas.

A pessoa não deve ser forçada a participar de atividades coletivas, pois a prática tende a intensificar o seu desconforto. O educador pode criar um ambiente seguro e estimular a interação gradativa, além de validar as emoções apresentadas pelo estudante.



Transtorno de Oposição Desafiante (TOD)

O Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), ou Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) ou até Transtorno Desafiador Opositivo (TDO) é descrito no DSM, como parte dos Transtornos de Comportamento Disruptivo, cujas características são comportamentos desafiantes, negativistas e desobedientes, principalmente diante de figuras de autoridade. Costuma apresentar dificuldades para o estudante e para o professor. Ele se manifesta em comportamentos de oposição e desobediência. Desse modo, existe a chance de quem o possui apresentar impulsos, gerando muitos comportamentos inadequados.

Então é possível que o estudante demonstre a agressividade física e verbal, consigo mesmo e com as outras pessoas. Nessas situações, trabalhe a autoestima e crie um ambiente tranquilo e acolhedor, evitando distrações. Ao mesmo tempo que o professor deve manter uma postura próxima e compreensível para lidar com esse estudante, ele deve ter regras claras e um posicionamento firme.

Algumas dicas para trabalhar com estudantes com TOD são:

- é importante ser consistente, evitar confrontos e utilizar reforço positivo. Em vias práticas, pedir ajuda, como apagar a lousa;
- mantê-lo mais próximo, longe de janelas e portas;
- procure não utilizar lápis ou caneta vermelha para corrigir atividades;
- adicione um pouco de lazer às aulas, com momentos de descontração capazes de diminuir o estresse;
- coloque as regras de forma visível e clara;
- olhe nos olhos da criança;
- tente alternar as formas de ensino;
- repita os comandos sempre que for necessário, busque ensiná-lo a usar uma agenda;
- coloque pequenas metas individuais;
- se a criança estiver muito agitada, permita que saia da sala de aula por alguns momentos;
- proponha tarefas de acordo com as habilidades da criança, até que seja possível igualá-la ao restante da turma.

[Clique aqui](#) para ver o relato de pais que vivenciam os desafios do TOD, junto a sua filha Fiorella e acompanhe os contratemplos e dificuldades enfrentados pela família e pela criança!



Depressão

Diferentemente das condições que você conheceu, que se enquadram como transtornos, a depressão é uma doença. Mas sua presença cada vez maior entre os jovens faz com que ela precise ser mencionada. O estudante depressivo tem diversos sintomas que prejudicam sua experiência escolar.

Entre eles, estão a dificuldade de concentração, a falta de motivação para aprender e a tendência ao isolamento. Os professores devem promover um ambiente seguro, oferecer suporte emocional e estar atentos a mudanças no comportamento do estudante que tem depressão.



Unsplash - Angra R. Putra



Altas habilidades e superdotação

Entre os transtornos, não se deve esquecer dos indivíduos com altas habilidades ou superdotação. Pode parecer estranho incluí-los entre as pessoas com deficiência, mas a sua jornada escolar também tende a ser desafiadora. As altas habilidades e a superdotação envolvem aptidões acima da média em áreas específicas. Esses estudantes costumam exigir atividades mais complexas, liberdade para aprofundamento nos temas e projetos mais elaborados para estimular seu potencial.

O estudante superdotado precisa de estratégias inclusivas para preservar a integração social com os colegas e se manter engajado no ambiente escolar. Tenha em mente que esses estudantes tendem a apresentar um ritmo de aprendizado mais acelerado e interesses específicos. Quando as suas demandas não são atendidas adequadamente, o estudante com altas habilidades ou superdotação pode apresentar desmotivação e até problemas de comportamento. [Clique aqui](#) para entender um pouco mais!



Deficiências ocultas

Como o próprio nome já diz, as deficiências ocultas são aquelas que não são percebidas tão facilmente, não são tão visíveis, mas que podem comprometer significativamente a vida das pessoas. Algumas das deficiências apresentadas aqui fazem parte da lista de deficiências ocultas, como é o caso do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e do Transtorno do Déficit de Atenção e Hipervigilância (TDAH).

No mundo todo utiliza-se o cordão de girassol para identificar pessoas que possuem algum tipo de deficiência oculta. O seu uso deixa claro a necessidade de ajuda e compreensão por parte de todas as pessoas que estão ao redor de uma pessoa com deficiência oculta, em qualquer ambiente ou espaço.



Comprometido com a acessibilidade e inclusão nas escolas, em 2023 o Instituto Brasil Solidário (IBS) firmou uma parceria com a **Hidden Disabilities Sunflower** (*HD Sunflower*) que, em 2016, criou o cordão de girassol, a partir de um pedido da equipe do aeroporto de Gatwick, na Inglaterra. O pedido se tratava do desenvolvimento de uma ferramenta que promovesse inclusão e acessibilidade de maneira simples.

A partir da parceria, então, o símbolo do girassol passou a fazer parte do dia a dia das ações do IBS e você encontrará em todas as nossas formações conteúdos de sensibilização e capacitação sobre as deficiências ocultas, além da importância do uso do cordão de girassol.



"Essa união da Hidden Disabilities, cordão de girassol e o Instituto Brasil Solidário é um marco pra que a gente possa trabalhar muito mais pessoas com conscientização sobre as deficiências ocultas, sobre a inclusão e sobre principalmente como lidar com questões pra que a vida possa ser igual e melhor para todos."



Luis Salvatore, presidente do IBS

Que tal conhecer um pouco mais sobre essa parceria? [Clique aqui](#) para assistir ao vídeo.



Qual é o objetivo do Atendimento Educacional Especializado?

Agora você já conhece as principais deficiências físicas e do neurodesenvolvimento que os estudantes podem apresentar. Então, é o momento de aprender mais a respeito do papel do AEE nesse contexto.

Ele consiste em um tipo de mediação pedagógica, que foca em oferecer apoio para ajudar os estudantes com deficiência a acessarem o currículo escolar. O profissional responsável indica as adaptações para a aprendizagem acontecer de forma mais adequada às necessidades do estudante.

O AEE está previsto no Decreto nº 7.611/2011, determinando que esse tipo de atendimento deve fazer parte do projeto pedagógico de todas as escolas. Ele é garantido em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O trabalho do AEE é centrado em identificar e desenvolver recursos pedagógicos que permitem remover as barreiras que impedem a participação total desses estudantes nas práticas escolares. Assim, as atividades do AEE são diferentes das que ocorrem na sala de aula regular e não substituem o ensino convencional.

Em vez disso, elas complementam e auxiliam na formação dos estudantes, promovendo sua autonomia tanto na escola quanto fora dela. O atendimento é geralmente realizado em salas de recursos multifuncionais (SRMs) na própria escola.

Porém, o acompanhamento também pode acontecer em outras escolas ou em centros especializados de atendimento educacional, tanto públicos quanto privados. Vale lembrar que as instituições privadas que oferecem AEE devem ser instituídas como sem fins lucrativos e atuar em parceria com o Governo.

As atividades do AEE focam no desenvolvimento de diversas habilidades dos estudantes, considerando as suas particularidades. O professor especializado no AEE trabalha em conjunto com os docentes da sala regular para garantir que todos os estudantes recebam o apoio necessário.



O papel do professor de AEE na Educação Inclusiva

O professor de AEE ajuda no desenvolvimento dos estudantes com deficiência, adaptando as atividades educativas. Mas é indispensável entender qual é o seu papel na Educação Inclusiva para evitar que o acompanhamento especializado separe esses estudantes dos demais.

O profissional deve trabalhar visando à diversidade na escola – e não a exclusão. Afinal, simplesmente estar no mesmo espaço não é necessariamente estar incluído. Então o AEE precisa da colaboração dos professores da sala comum, da comunidade e das famílias dos estudantes.

Eles devem ser facilitadores da experiência do estudante, identificando e removendo as barreiras que ele pode enfrentar na sua jornada escolar. Logo, o AEE é capaz de apontar estratégias para que uma pessoa com deficiência tenha as mesmas oportunidades dos seus colegas.

Além disso, o professor de AEE precisa ter uma compreensão profunda das diferentes demandas de seus estudantes. Para tanto, ele deve estar sempre atualizado sobre as melhores práticas e abordagens pedagógicas que possam beneficiar cada estudante de maneira única.

A formação contínua é essencial para o educador oferecer um suporte adequado e individualizado. Com ela, ele tem uma compreensão cada vez mais ampla e renovada sobre as pessoas a que atende – contando com as ferramentas para potencializar as vivências na escola.



O que é necessário para ser professor de AEE?

Além de entender a finalidade do AEE, é importante conhecer a formação exigida para exercer a função. Primeiramente, o profissional deve ter habilitação para a docência reconhecida pelo MEC, por meio de um curso de licenciatura em qualquer área, por exemplo.

Ainda, ele precisa ter uma formação específica na Educação Especial, como uma pós-graduação na área. Desse modo, o profissional aprende os conhecimentos exigidos para atender às diferentes demandas dos estudantes e consegue desempenhar bem a função de AEE.



Boas práticas de acessibilidade na escola

Para oferecer condições adequadas a todos os estudantes, a escola e os profissionais precisam adotar as boas práticas de acessibilidade. Veja quais são as principais medidas em um contexto de Educação Especial na perspectiva inclusiva!



Adaptações físicas na estrutura

É válido reforçar que a estrutura física é fundamental para a acessibilidade na escola. O espaço deve permitir que todas as pessoas consigam realizar as atividades cotidianas com autonomia. Por exemplo, a disposição dos móveis precisa viabilizar a mobilidade de todos.

Os materiais devem estar à disposição e ser acessíveis. Alguns exemplos são os livros em Braille e as lupas para estudantes com baixa visão. Ainda, a escola tem que contar com adaptações como rampas de acesso, elevadores para ambientes em diferentes andares e corrimãos nas escadas.

Também vale ter guias no chão para estudantes com deficiência visual, barras de apoio nos banheiros e outros recursos que atendam às necessidades de cada estudante. A escola precisa entender quais são as particularidades dos seus estudantes e dos profissionais que recebe para se ajustar.



Materiais pedagógicos adequados

Você viu que os materiais pedagógicos tradicionais também devem ser acessíveis. Porém, a escola pode ir além e contar com recursos adaptados para que todos possam acompanhar o conteúdo da aula.

Por exemplo, existem jogos ajustados para estudantes com limitações motoras, assim como material didático simplificado ou em áudio. Os educadores ainda podem contar com atividades que promovam a inclusão de estudantes com dificuldades de comunicação.

Você viu que as ferramentas tecnológicas desempenham um papel relevante na educação inclusiva. Assim, vale a pena aproveitar as tecnologias assistivas, bem como *tablets* e computadores com programas específicos.

Existem leitores de texto e aplicativos de comunicação capazes de auxiliar os estudantes a desenvolverem habilidades de leitura e escrita e a participarem ativamente das atividades. Esses são elementos que enriquecem a experiência dos estudantes e facilitam o trabalho do professor.

ATENÇÃO!

Os cursos nas áreas de *Arte e Cultura* e de *Empreendedorismo*, oferecidos pelo Instituto Brasil Solidário, podem apoiar a equipe escolar na criação e produção de materiais pedagógicos acessíveis, utilizando recursos econômicos e reaproveitamento de resíduos sólidos.



Sim, temos jogo acessível!

Tudo começou a partir da parceria com o município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. A EMEFE Caminhos do Aprender, que faz parte da rede de educação municipal e que atende estudantes surdos e diagnosticados com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), recebeu os jogos de Educação Financeira do Instituto Brasil Solidário (IBS) no ano de 2022.

Trabalhando os jogos com os estudantes, a escola sentiu a necessidade de adaptação do Piquenique, para que, de fato, todos os estudantes pudessem jogar e aprender explorando todas as possibilidades do recurso, em especial com os estudantes surdos, que não sabem ler a Língua Portuguesa e se comunicam por meio da Libras, a Língua Brasileira de Sinais.

De lá pra cá a parceria só fez aumentar. Junto à escola, o IBS iniciou um trabalho de adaptação do Piquenique, que contou com a plena participação dos professores e estudantes que testavam e validavam as interpretações de cada carta e componente do jogo.

Assim, em 2023, nasceu o Piquenique acessível, ampliando ainda mais o alcance e a inclusão de educadores e estudantes. Outras experiências também fazem parte desse processo de inclusão que vem sendo construído pelo Instituto Brasil Solidário (IBS), como:

- ✓ a adaptação para o Braille dos tabuleiros, pinos, dados e cartas, para o trabalho com estudantes cegos, como vivenciado na experiência em São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro;
- ✓ e o intenso trabalho desenvolvido com estudantes com deficiência intelectual e autismo, com experiências bem-sucedidas em Imperatriz (MA) e em São Vicente (SP).

[Clique aqui](#) para navegar em nosso site e conhecer tudo o que disponibilizamos para o trabalho com os estudantes surdos. Você pode baixar os materiais e usar à vontade em sua escola ou outros espaços.



Adequação da comunicação

Uma das barreiras para a acessibilidade nas escolas é a comunicação. Algumas doenças, transtornos ou condições afetam os estudantes nesse aspecto e podem impedir a sua participação plena nas aulas. Para incluir esse grupo, a escola precisa explorar elementos de comunicação visual, como cartazes, sinais e legendas. Além disso, a presença de intérpretes de Libras tende a ser muito útil para estudantes surdos, permitindo que eles acompanhem as aulas com clareza.

A forma de interagir com os estudantes também deve ser dinâmica, buscando uma comunicação que abranja a diversidade na escola. Uma abordagem que costuma contribuir para esse objetivo é adotar uma comunicação clara e simples, utilizando um comando por vez. Por exemplo, ao orientar os estudantes a realizar uma atividade de escrita, o professor começa com um comando simples. Ele poderia ser: "escrevam o título da atividade no caderno". A instrução direta garante que os estudantes saibam o que fazer sem se sentirem sobrecarregados.

Após observar que todos realizaram o que foi pedido, ele prossegue: "agora, escrevam uma frase sobre o tema que escolheram". Trata-se de mais uma instrução clara e direta, que permite aos estudantes se concentrar em uma tarefa de cada vez. O professor pode até caminhar pela sala para observar os estudantes e oferecer apoio individual, caso alguém precise de ajuda. Desse modo, ele melhora o entendimento da atividade e consegue ver quais são as dificuldades específicas de cada estudante, auxiliando para que todos acompanhem a tarefa.



Flexibilidade no currículo

Um currículo rígido tende a ser um desafio no contexto da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Afinal, como valorizar a diversidade se é necessário seguir um padrão rigoroso? Nesse sentido, se a escola planeja incluir as diferenças dos estudantes que recebe, ela precisa estar disposta a ser mais flexível.

Isso não significa ignorar os conteúdos essenciais que devem ser aprendidos, mas buscar caminhos alternativos para chegar ao mesmo destino. Muitas vezes, ao perceber demandas específicas, o professor pode precisar ajustar o ritmo, mudar a estratégia ou tentar diferentes métodos. Em vez de serem um atraso para as aulas, as alterações são oportunidades enriquecedoras de fortalecer a aprendizagem e evitar que um estudante fique para trás na turma. Dessa forma, todos conseguem ter as aprendizagens básicas, com o nível de aprofundamento desejado.

Imagine que, em uma atividade de matemática, o professor percebe que alguns estudantes têm mais dificuldades com a resolução de problemas. Enquanto isso, outra parte da turma já domina a matéria e pode avançar. O que fazer nesse caso? Um caminho para lidar com a diferença seria dividir a turma em grupos e adaptar as atividades conforme o nível de cada estudante. Os estudantes com mais dificuldades receberiam uma explicação mais detalhada e prática – por exemplo, com apoio visual, como desenhos ou representações gráficas – para ajudá-los a compreender os conceitos.

Já os estudantes que entenderam o conteúdo poderiam ser desafiados com problemas mais complexos ou atividades que envolvem mais raciocínio lógico. Assim, eles se manteriam engajados e estimulados. Também existe a possibilidade de o grupo auxiliar os colegas com dificuldades.



Experiência IBS

Sabemos que o aprender ensinando motiva ainda mais a aprendizagem dos estudantes, contribuindo para o engajamento e a construção de habilidades e conhecimentos mais profundos e duradouros. Essa prática resultou em uma experiência bem-sucedida, realizada em Bento Gonçalves (RS), a partir do trabalho com os jogos de Educação Financeira do IBS.

Em 2023, foi realizado um trabalho de mobilização com os estudantes da EMEF Ernesto Dorneles, para que eles se tornassem monitores do projeto com os jogos de Educação Financeira do IBS. Tudo teve início quando a professora Márcia, de Educação Física, fez uma atividade com os estudantes do 5º ano, que consistia na produção de jogos de tabuleiro com materiais reaproveitados, iniciando uma discussão sobre o tema da atividade.

Após essa prática, foi introduzido o jogo Piquenique, abordando os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alimentação saudável, reflexões sobre Educação Financeira e outras temáticas trabalhadas com o jogo.

A partir dessa iniciativa, foram formados grupos de estudantes monitores, que pas-



saram a ensinar as turmas de estudantes do 1º ao 4º ano. A escola utilizou o espaço do ginásio para fazer um aulão do jogo Piquenique com os estudantes do 5º ano ensinando os menores a jogarem. Em 2024, os mesmos estudantes, que estavam, então, na turma do 6º ano, deram continuidade ao projeto e se tornaram multiplicadores ensinando os estudantes do 7º ao 9º ano. A escola preparou, ainda, uma gincana com o jogo Piquenique, possibilitando uma interação entre os estudantes de todas as turmas.

Atualmente, todos na escola já sabem jogar e os estudantes que iniciaram como monitores estão atuando como coordenadores, dando dicas e orientações para refletir sobre os temas trabalhados com os jogos durante as partidas. [Clique aqui](#) para relembrar essa experiência!

Para finalizar

Neste fascículo, você conheceu as principais deficiências, transtornos e doenças que os estudantes podem apresentar. Além disso, foi possível aprender sobre os recursos necessários para melhorar a experiência escolar desses grupos. Mas é preciso trabalho coletivo para a Educação Inclusiva se concretizar.

Para aprofundar esse tema, sugerimos dois vídeos que você pode assistir clicando nas setas ao lado!



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. *Doenças neuromusculares e seus impactos na mobilidade*. Editora Saúde & Vida, 2019.
- BARREIRO et al. *A arte e o afeto na inclusão escolar: potência e o pensamento não representativo*. Childhood & philosophy, vol. 14, n.º 30, pp. 517-534, 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.re-dalyc.org/journal/5120/512057166015/html>>. Acesso em: 20/12/2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: [10/02/2025].
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduespecial.pdf>>. Acesso em: [19/02/2025].
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: [19/02/2025].
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13456-rceb004-09&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: [08/02/2025].
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: [09/02/2025].
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de janeiro de 2011. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/diretrizes.pdf>>. Acesso em: [05/02/2025].
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: [01/02/2025].
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: [09/02/2025].
- BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPd. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes>>. Acesso em 26/03/2025.
- DINIZ, Débora. *Deficiência e desigualdade*. Editora Fiocruz, 2012.
- GLÁT, Rosana; FERNANDES, Fernandes. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Summus, 2003.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.
- OLIVEIRA, P. *Paralisia cerebral e o desenvolvimento motor*. Editora Universidade, 2010.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: um guia prático*. Editora WVA, 2006.
- _____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, L.; SOUZA, M. *Lesão medular e adaptação funcional*. Editora Reabilitação Integral, 2015.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2003.



Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados

